

O QUE DIZEM OS ESTUDO DE RESPONSABILIZAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL?

Eric Passone
Universidade Cidade de São Paulo – Brasil
eric.passone@unicid.edu.br

Introdução do problema

Esta pesquisa¹ investigou a produção acadêmico-científica sobre as políticas de responsabilização escolar à luz do conceito de accountability. As produções coletadas no Bando Digital de Teses e Dissertações foram analisadas criteriosamente entre o período entre 2010 e 2020, totalizando 34 teses e dissertações. O referencial teórico-metodológico crítico e compreensivo fornecido pelo campo de políticas educacionais (AFONSO, 2015; BARBANA, DUMAY, DUPRIEZ, 2020; BALL, 2012) permitiu identificar e classifica-las em quatro grandes dimensões, por meio da análise de conteúdo dos resumos, a saber: a) reforma da política educacional; b) avaliação educacional; c) gestão; e, d) políticas de accountability. O tratamento dos dados também empregou o software de análise lexical IRAMUTEQ, possibilitando extrair estatísticas básica, nuvens de palavras, análise de similitude e a análise de classificação hierárquica descendente. Constata-se que a grande maioria da pesquisa nacional em questão questiona o modelo de regulação implementado pelos governos brasileiros, o qual se alinha aos parâmetros de accountability anglo-saxão, isto é, orientados pelo ideário da “nova gestão pública”, em que o gerencialismo e a performatividade são duas grandes “tecnologias conceituais” a promover uma verdadeira engenharia de reforma educacional (BALL, 2012). Desse modo, compreende-se a existência em curso de uma nova cultura e um novo modelo de regulamentação, buscando imprimir um maior controle profissional e organizacional por meio das políticas educacionais. Os dados obtidos evidenciaram que, a maioria dos trabalhos articulam a ideia de Responsabilização Escolar com a reforma do estado, a internacionalização da educação, a avaliação educacional estandardizada e as novas formas de gestão pública. Observa-se, também, produções que analisam a correlação entre as políticas de responsabilização e

¹ Os dados dessa pesquisa fazem parte da Iniciação Científica “O estado do conhecimento sobre os estudo de responsabilização escolar no Brasil: uma revisão da literatura”, que faz parte do estudo “Políticas públicas de regulação e gestão da educação básica brasileira”, coordenado pelo autor.

dados e/ou indicadores educacionais obtidos por meio de sistemas diversos de avaliação externa. Como conclusão, compreende-se as políticas de responsabilização escolar como instrumento do modelo de gestão de resultados e metas que aprofunda a lógica da concorrência, da meritocracia e da competitividade e alinham as escolas públicas ao modelo de gestão empresarial propagado pelo “quase-mercado” educacional que assola a educação brasileira.

Desenvolvimento

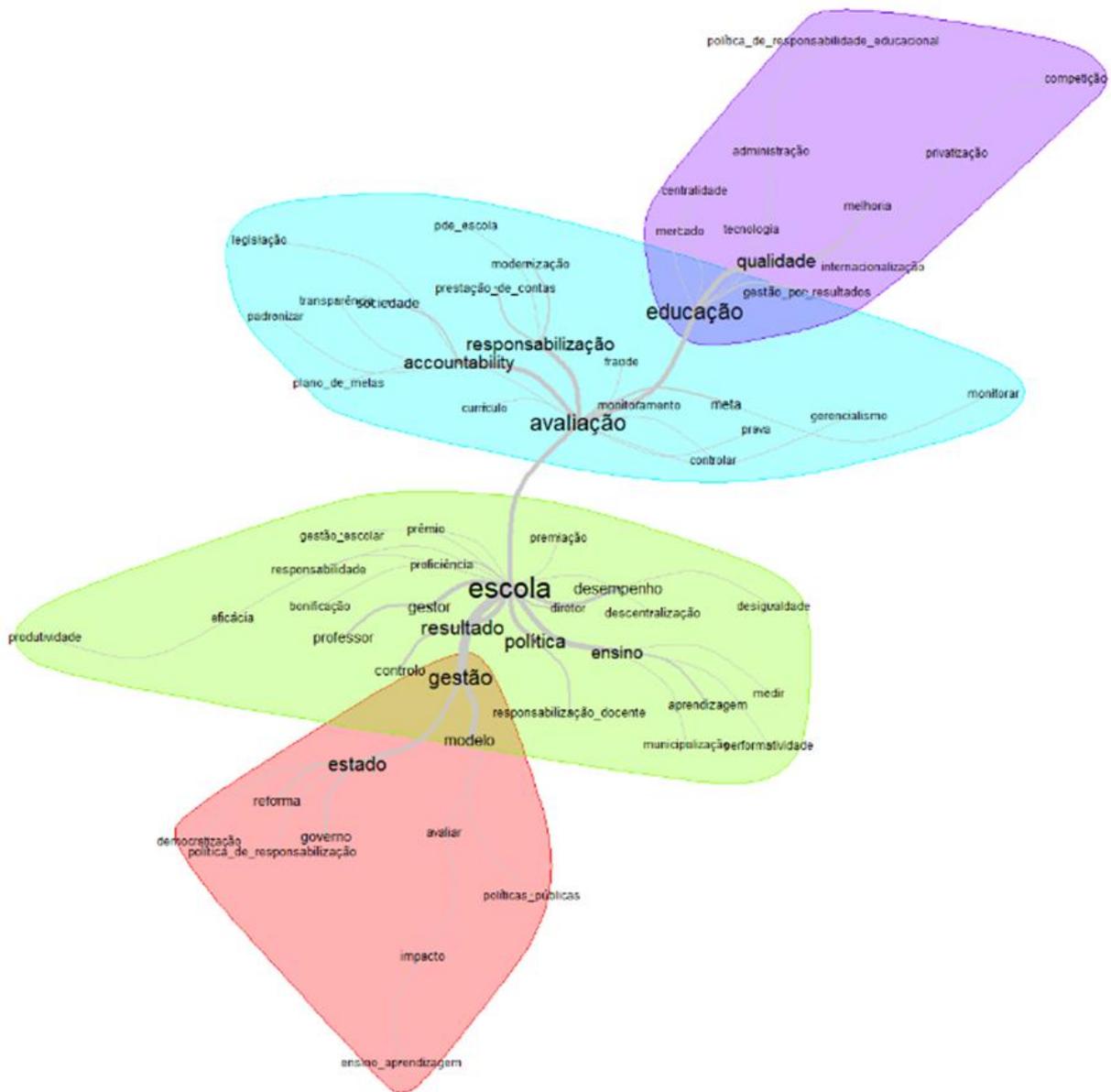
Para realizar o estado do conhecimento sobre as produções acadêmico-científicas sobre o tema da responsabilização escolar, o presente estudo realizou uma pesquisa bibliográfica no Banco Digital Teses e Dissertações (BDTD) entre 2010 e 2020. Os descritores utilizados foram: responsabilização escolar; accountability AND responsabilização; avaliação AND responsabilização; gestão AND accountability; accountability AND avaliação educacional; e accountability AND avaliação externa. Com a análise dos resumos, excluiu-se grande parte dos trabalhos que não se enquadram no campo da educação e os inclusos em algum outro descritor, totalizando 34 produções relacionadas aos descritores acima citados, sendo 20 dissertações e 14 teses.

A análise lexical dos resumos foi realizada por meio do software livre *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRAMUTEQ), que é um software de código aberto (*open source*). Nesse estudo foram utilizadas as seguintes análises: análise lexical clássica - o software identifica, no texto, os vocábulos estatisticamente significantes; nuvem de palavras: disposição em formato de nuvem das palavras mais frequentes; e análise de similitude, esta baseada na teoria dos grafos, possibilita a identificação de coocorrências entre as palavras de diferentes segmentos de um corpus textual, evidenciando a conexão entre as mesmas.

As estatísticas textuais clássicas, mostram a quantificação das formas ativas das principais palavras com frequência igual e/ou acima de dez evocações. A palavra “escola”, com 122 repetições (5,51%), obteve a maior frequência dentro das teses e dissertações selecionadas. A segunda e terceira maior frequência foram as palavras “avaliação”, que teve 76 repetições (3,43%) e a evocação “educação” com 73 repetições (3,30%). O termo gestão representa 3,16% do corpus, com 70 incoerências.

A Análise de Similitude apresenta o Halo de Similitude, em que se pode observar o vocábulo “escola” ocupando a posição mais central e aparece em tamanho maior, o que representa sua maior frequência no discurso analisado. A partir do termo nuclear principal se conectam os outros termos nucleares secundários, tais como “avaliação”, “educação”, “gestão”, “resultado”, “política”, “responsabilização”, “accountability”, “qualidade”, “ensino”.

Figura 2 – Halo de Similitude: resumos de Teses e Dissertações sobre responsabilização escolar



Fonte: Processamento dos dados da pesquisa pelo IRAMUTEQ.
Banco Digital de Teses e Dissertações

O núcleo do conjunto semântico principal cujo grafo mostra a ligação da forma “escola” com os termos “resultado”, “avaliação”, “política”, “ensino”, “desempenho” e “gestor”. Destaca-se que o termo “política” está associado à forma “responsabilização docente” bem como a palavras “proficiência” se articula com os termos “prêmio”, “bonificação”, “eficácia” e “produtividade”. A forma “resultado” revela uma ligação com o termo “controle”. Outras duas articulações revelam a associação entre a “escola”, “diretor”, “desempenho”, “descentralização e “desigualdade”; e, articulação entre a escola, o “ensino”, a “aprendizagem”, a “municipalização” e a “performatividade”. Tais ramificações informam o movimento de descentralização e municipalização do ensino concomitantemente com o aumento do controle externo da escola e da gestão por meio de mecanismos de medição e performatividade.

Partindo-se do núcleo, distinguem-se três conjuntos semânticos, que constituem unidades semânticas específicas. A primeira delas se inicia com o termo “gestão” e se ramifica para os termos “modelo”, “Estado”, “reforma”, “política de responsabilização”, “impacto”, “avaliar” e “políticas públicas”, apontando, evidentemente, que, na gestão escolar incide à implementação do novo modelo de Estado regulador ou avaliador, colocando em destaque a avaliação de políticas públicas e as políticas de responsabilização das escolas.

Uma segunda ramificação conecta a atividade da escola com a avaliação e a responsabilização e ao termo *accountability*. A associação entre a forma avaliação e educação possui uma ramificação para o termo “fraude”. Já a ramificação para o termo responsabilização desdobra-se para o termo “prestação de contas”. Outra ramificação menor associa a forma *accountability* com os termos “sociedade”, “transparência”, “plano de metas” e “padronização”.

A última ramificação apresenta os termos “educação” e “qualidade” com maior frequência e com menor frequência, encontra-se às formas “melhoria”, “privatização” e “competição”.

Conforme afirmado por Afonso (2007), a qualidade da educação escolar possui um discurso reduzido baseado na supervalorização dos resultados quantitativos sem considerar contextos educativos, as políticas educacionais e os sujeitos. Ademais, as posições das palavras ilustram, de forma simbólica, o discurso que desresponsabiliza o Estado pela educação oferecida e introduz a responsabilização do rendimento escolar ao

professor e a escola A institucionalização dos processos de melhorias da educação, a partir de incentivos monetários por resultados e da junção dos incentivos com a avaliação comparativa de desempenho, degradarem mais as condições da carreira docente, danificando a dignidade e o ânimo dos professores, também resultariam por desvirtuar as relações entre alunos e professores e entre professores (PASSONE, 2019).

Conclusões

Na análise realizada, verificou-se no corpus textual que estão elencados segmentos de texto que enfatizam a gestão escolar, a organização do trabalho pedagógico e docente sob o impacto das políticas de responsabilização docente tendo a avaliação como mecanismo central da nova gestão da educação. A reforma educacional impulsionou um movimento paradoxal de descentralização das atividades escolares ao mesmo tempo em que centralizou as tomadas de decisão aos níveis centrais de governo. Nesse cenário, as políticas de responsabilização emergiram como forma de governança e gestão da educação e da escola, de corte autoritário (*top-down*), instrumental e homogeneizador; a autonomia escolar passa a ser compreendida como maior responsabilização dos professores e diretores pelos resultados da escola. Tal mecanismo de avaliação e responsabilização opera uma accountability baseada na meritocracia e na performatividade. Em termos macropolíticos, retomam-se o debate de transferência das responsabilidades do Estado para os atores educacionais.

Referências

AFONSO, A. J. Recuo ao cientificismo, paradoxos da transparência e corrupção em educação **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. especial, p. 1313-1326, dez., 2015.

_____. Estado, políticas educacionais e obsessão avaliativa. **Revista Contrapontos**, v. 7, n. 1, p. 11-22, mar. 2007.

BALL, S. J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez. 2005.

BARBANA, S.; DUMAY, X.; DUPRIEZ, V. Accountability policy forms in European educational systems: an introduction. **European Educational Research Journal**, v. 19, n. 2, p. 165-169, 2020.

PASSONE, E. Da avaliação em larga escala ao furor avaliativo: a degradação do ato educativo. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, v. 21, n. 3, p. 945-964, 10 dez. 2019.

PASSONE, E.; RONCOLI, M. G. Revisão da literatura sobre os estudos de responsabilização escolar no Brasil. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 16, e84282. Abril de 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/84282/46415>